

RESENHA DE *POLITICAL DISCOURSE ANALYSIS: A METHOD FOR ADVANCED STUDENTS*, DE ISABELA FAIRCLOUGH & NORMAN FAIRCLOUGH

Gabriel Valdez Foscahesⁱ

FAIRCLOUGH, Isabela; FAIRCLOUGH, Norman. **Political Discourse Analysis: a Method for Advanced Students**, London: Routledge, 2012.

Em *Political Discourse Analysis*, Fairclough & Fairclough (2012) propõem uma nova abordagem para o discurso político, enfatizando seu caráter argumentativo. Diferentemente de outras análises sobre o tema, os autores privilegiam o texto como forma de ação, e não apenas como representação. Assim, eles mostram como as representações se conectam com a agência humana, e como elas funcionam como razões para agir.

Desse modo, Fairclough & Fairclough (2012) expandem e refinam o modelo de trabalho de obras anteriores (Chouliaraki; Fairclough, 1999; Fairclough; Fairclough, 2010; Fairclough, 2003) por meio de um novo enfoque sobre a argumentação, principalmente sobre a argumentação prática no gênero deliberação. A argumentação prática é, portanto, o cerne da obra. Basicamente, esse tipo de argumentação refere-se ao que se deve fazer diante de um problema prático. Assim como a narrativa e a descrição, a argumentação prática pode ser considerada um pré-gênero. Segundo os autores, a argumentação prática ainda pode ser vista como: estrutura (premissa-conclusão); atividade (dar e receber justificativas); ou como um ato de fala complexo (cujo efeito perlocucionário é o convencimento).

ⁱ Mestrando em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: gbvafo@gmail.com.

Em relação aos trabalhos anteriores na ADC, Fairclough & Fairclough (2012) inovam ao criar uma estrutura conceitual que permite mostrar como as razões podem funcionar como causas de ações. Nos modelos anteriores (cf. Fairclough, 2000), os métodos oferecidos não permitiam conectar a *representação* discursiva com a *ação* dos agentes sociais. Para superar essa limitação, os autores apresentam um sólido modelo de análise da argumentação prática, que incorpora a análise da representação. Com esse enfoque inovador, Fairclough & Fairclough (2012) oferecem um método de análise discursiva que pode ser replicado em diferentes tipos de pesquisa.

Assim, a obra é destinada a estudantes avançados nos estudos da linguagem. Todavia, pela natureza transdisciplinar da Análise de Discurso Crítica (ADC), o livro também é de grande valia para estudantes de ciências políticas, comunicação, economia política e de outras áreas das ciências sociais. De modo geral, a obra é destinada àqueles que têm interesse em desenvolver pesquisas acerca do discurso político, com foco na argumentação prática.

A despeito de terem como público-alvo estudantes com um certo nível de conhecimento sobre os estudos discursivos, os autores retomam conceitos fundamentais na ADC, principalmente na primeira metade da obra. Portanto, mesmo os estudantes com pouca familiaridade com a disciplina conseguirão ter acesso às reflexões dos autores sobre o discurso político.

Os textos usados para a análise discursiva são retirados de respostas políticas para a crise financeira e econômica que começou em 2007 e perdurou até a época em que o livro foi escrito (2010-11). Fairclough & Fairclough selecionaram esses textos a fim de destacar a importância da argumentação prática, uma vez que ela alimenta a tomada de decisões políticas que visam à superação da crise. Segundo os autores, a argumentação prática é baseada em dois principais modelos de explicações para a crise: 1) sistêmico, em que as origens e causas da crise derivam da natureza do sistema econômico, seja em relação a como o capitalismo vem sendo praticado, seja em relação ao capitalismo em si; 2) não-sistêmico, em que as origens e causas da crise derivam de atributos periféricos do sistema econômico, como a regulação dos mercados ou a capacidade intelectual e moral de pessoas com responsabilidade dentro do sistema econômico. O entendimento desses dois modelos é de suma importância para as discussões nos capítulos a seguir.

No capítulo 1, os autores definem o que torna sua abordagem do discurso político diferente das outras abordagens (foco na tomada de decisão

e na ação), bem como a diferença do discurso político dos outros discursos. Seu foco é no gênero deliberativo, uma vez que uma das principais preocupações da política é a tomada de decisão.

Sua abordagem se preocupa tanto com o que é quanto com o que deveria ser o discurso político, isto é, ela é descritiva e prescritiva ao mesmo tempo. Para os autores, a política lida não apenas com o dissenso em sociedades pluralistas, mas também com ambientes de incerteza, informações incompletas e riscos. Dessa forma, o papel da deliberação é crucial. As decisões tomadas na democracia deliberativa tendem não apenas a ser mais legítimas – considerando a diversidade de perspectivas –, mas também tendem a ser qualitativamente melhores. As boas democracias deliberativas, portanto, podem gerar melhores respostas para os problemas políticos.

No capítulo 2, Fairclough & Fairclough (2012) diferenciam dois tipos de raciocínios: o prático e o teórico (epistêmico). Este procura razões para acreditar e aquele razões para agir. Enquanto as conclusões do raciocínio prático são normativas (qual é a melhor ação a ser tomada), as conclusões do raciocínio teórico são descritivas (qual conhecimento seria verdadeiro). Os dois tipos de raciocínio se inter-relacionam no discurso político.

O foco da obra está no raciocínio prático. Desse modo, além dos argumentos dedutivos e indutivos, os autores trazem à baila os condutivos, predominantes na argumentação prática. Nesses argumentos, a conclusão deriva da pesagem dos prós e contras de determinada decisão. Assim, com esse tipo de raciocínio, diferentes pessoas chegam a diferentes conclusões, dependendo de seus valores e metas.

Fairclough & Fairclough (2012) frisam que argumentos práticos são argumentos plausíveis, isto é, são argumentos prováveis. Ainda que a probabilidade seja alta em condições de incerteza, as conclusões dos argumentos plausíveis sempre podem ser invalidadas. O questionamento crítico das premissas e, principalmente, das conclusões é fundamental no raciocínio prático, pois produz argumentos fortes e conclusões bem fundamentadas.

Nos argumentos práticos, as circunstâncias e as metas – que não necessariamente correspondem ao desejo voluntário dos agentes – são premissas, cuja conclusão (decisão sobre a ação a ser tomada) delas decorre. Ao escolher uma forma de ação (meio), os atores sociais procuram transformar seu contexto atual (circunstâncias) com vistas a alcançar um estado de coisas diferente (metas). Os valores dos atores não influenciam

apenas nas metas a serem perseguidas, mas também na interpretação das circunstâncias a serem mudadas. Assim, os fatos empíricos são inseparáveis dos valores dos agentes sociais.

Para tornar a argumentação prática mais sólida, é necessário ter como premissa, além das metas e circunstâncias, as prováveis consequências negativas da escolha por determinada ação. Assim, considerando os contra-argumentos, os atores sociais podem chegar a conclusões mais confiáveis, porém ainda incertas, sobre determinado tipo de ação.

No capítulo 3, os autores discutem como as avaliações dos argumentos contribuem para o desenvolvimento da ADC, bem como da relação entre a (trans)disciplina e a ciência social crítica. A análise social crítica é: 1) normativa, pois avalia as crenças e as práticas sociais como verdadeiras ou falsas, benéficas ou maléficas etc.; e 2) explanatória, pois explica porque as realidades sociais são como são e como elas são transformadas e mantidas.

Nesse capítulo, Fairclough & Fairclough (2012) explicam o arcabouço teórico da ADC – que pode ser visto com mais detalhes em Chouliaraki & Fairclough (1999) e Bhaskar (1998). Os autores mostram como as representações podem figurar como premissas em argumentos e como podem ser avaliadas criticamente. Para isso, usam o discurso do ex-primeiro-ministro Tony Blair, ilustrando toda a discussão desenvolvida nos capítulos anteriores. A análise é particularmente interessante por mostrar que, para se construir uma boa argumentação prática, não basta mostrar várias possibilidades de decisões, é necessário que as possibilidades sejam argumentos ou contra-argumentos genuínos, isto é, que não sejam puramente retóricos, como é o caso do texto monológico de Blair – em que os argumentos são apresentados de forma a fortalecer sua própria conclusão, e não de modo a buscar caminhos alternativos. O estudo do texto já havia sido realizado em outra obra de Fairclough (2010), com enfoque na representação (representação da mudança); a diferença nesta análise se dá em ver a representação como uma premissa na argumentação prática

Nesse capítulo, Fairclough & Fairclough (2012) propõem um uso mais restrito do conceito de legitimação, uma vez que o termo tem sido empregado de forma muito ampla na ADC. Segundo os autores, a legitimação é um tipo particular de justificação argumentativa (justificação pública), em que as ações podem ser justificadas em termos de razões e essas razões podem ser justificadas como coletivamente aceitas e reconhecidas. Assim, dar

uma razão pode legitimar uma ação proposta apenas se a razão tiver uma razão (um segundo nível de justificação) que possa ser publicamente defendida, p.e.: “Nós devemos fazer x, porque é justo; e a justiça é um valor publicamente compartilhado com o qual estamos comprometidos”.

Os autores ainda distinguem o “poder para” e o “poder sobre”. O “poder para” é uma capacidade humana, que pode ou não ser exercida, para mudar a realidade. O “poder sobre” é um tipo específico de “poder para”, pois implica uma relação assimétrica de poder, em que a pessoa detentora do poder consegue fazer com que outras pessoas façam algo que elas de outra maneira não fariam.

Fairclough & Fairclough (2012) também diferenciam poder no discurso – escolher como os eventos serão discutidos, como eles serão representados etc. – e poder por trás do discurso – a habilidade de compelir as escolhas dos outros, impelindo as pessoas a viverem de um certo modo. Esses poderes estão diretamente relacionados com a teoria da argumentação prática. Exercer poder sobre uma pessoa equivale a dar razões para ela agir de uma forma que, em circunstâncias normais, não agiria. Essas razões podem ser prudenciais, baseadas no interesse do indivíduo, ou deonticas, baseadas em uma força (moral, institucional) externa.

No capítulo 4, Fairclough & Fairclough (2012) se detêm na análise dos principais argumentos práticos do antigo governo trabalhista e do governo de coalizão, entre os apoiadores e oponentes da austeridade em um contexto de crise. Os autores buscam identificar as metas, circunstâncias e valores que sustentam as ações propostas por cada um, avaliando os argumentos com base em perguntas críticas e na abordagem dialética apresentada no capítulo 2.

Nesse capítulo, os autores retomam a distinção entre os raciocínios prático e teórico. Enquanto o raciocínio prático se ocupa do que deve ser feito, o raciocínio teórico cuida da predição do que pode acontecer a partir das decisões em determinadas circunstâncias. Os textos apresentados são submetidos à análise crítica de suas premissas (metas, circunstâncias e valores). Ao analisar os textos do ponto de vista normativo, os autores postulam que os argumentadores não deveriam estar preocupados apenas em achar razões para apoiar suas propostas, mas também em achar razões contra elas, isto é, pensar em por que uma determinada ação não deveria ser realizada. Quando contra-argumentos são apresentados nos textos, o são de forma retoricamente conveniente. Apesar de essa escolha retórica fortalecer o argumento no

sentido de persuadir as pessoas, ela o torna dialeticamente mais fraco. Dar conhecimento dos possíveis impactos negativos de uma decisão aumenta tanto a aceitabilidade dialética quanto retórica do argumento, bem como torna a política mais honesta e com maior credibilidade.

Segundo os autores, argumentos são diferentes de explicações. Enquanto nas explicações uma proposição é tida como incontroversa – como fato –, o argumento pressupõe uma proposição controversa, fornecendo razões favoráveis ou contrárias a ela. Os argumentos só são completamente refutados depois que a decisão é tomada e as consequências se mostram negativas. Mesmo que os argumentos sobre as prováveis consequências negativas de determinada decisão sejam fortes, é possível que a estratégia alcance as metas estabelecidas.

Nessa esteira, uma ação pode ajudar a alcançar alguma meta sem que seja obrigatoriamente necessária, e uma ação pode ser necessária, mas não suficiente para alcançar uma meta. As estratégias do partido conservador são representadas como necessárias e suficientes para se alcançar a meta (recuperação econômica) sem, contudo, cogitar outros meios possíveis para isso. O debate se desenrola opondo o discurso do partido dos trabalhadores e do partido dos conservadores, este a favor de lidar com o déficit financeiro (por meio de medidas de austeridade) e aquele por estimular o crescimento (por meio do gasto público). Ao final do capítulo, Fairclough & Fairclough (2012) concluem que a estratégia do governo atual não se assentou em argumentos racionais o suficiente que resistissem a uma análise crítica.

No capítulo 5, Fairclough & Fairclough (2012) analisam os valores como premissas nos debates públicos sobre os bônus dos bancos¹. Segundo eles, as razões para ação dividem-se em: 1) aquilo que as pessoas querem fazer (razão interna); e 2) aquilo que as pessoas são levadas a fazer (razão externa), de acordo com a ordem institucional ou moral da qual fazem parte, seja por uma obrigação, seja por uma promessa. Existem dois tipos de raciocínio prático: o prudencial (imperativo hipotético) e o moral (imperativo categórico). O argumento prudencial leva em conta os desejos, necessidades e interesses do agente como premissas. Assim, se o agente deseja um certo resultado, a ação é recomendável; senão, não há razão para agir. Argumentos morais não

¹ O capítulo é uma versão revisada de Fairclough & Fairclough (2010).

possuem essa estrutura hipotética, as ações são necessárias independentemente do desejo do agente, pois é a coisa certa a ser feita.

Desse modo, é feita uma análise de um debate público sobre os benefícios que os bancos, a despeito de serem os grandes responsáveis pela crise, recebem. A favor dos bancos é usado o argumento prudencial, qual seja: se os bancos não receberem bônus altos, eles deixarão de fazer negócios no país. Nessa perspectiva, a desigualdade deve ser tolerada, pois assim todos se beneficiarão dos lucros excessivos dos bancos, inclusive os mais pobres. O argumento prudencial é, portanto, a favor da desigualdade e em desfavor do bem comum.

Os argumentos morais contra a desigualdade baseiam-se em uma razão externa (independente do desejo), em que os políticos e o Estado estão normativamente compromissados com a justiça, como parte de um contrato social com os cidadãos. Assim, as razões externas deveriam motivar a ação, apesar de falharem em fazê-lo.

No capítulo 6, o gênero deliberação é efetivamente abordado. Fairclough & Fairclough (2012) procuram identificar as características específicas do debate parlamentar. Na perspectiva dos autores, o debate parlamentar constitui um tipo de atividade (Eemeren, 2010) que emerge do gênero deliberação. O que diferencia este capítulo do anterior é o contexto institucional em que ocorre o debate. Neste capítulo, ele é instanciado no gênero deliberação. Apesar de o debate público sobre os bônus dos banqueiros também ser orientado para algum tipo de decisão (e.g., cortar seus bônus), não se pode realmente cumprila, uma vez que o debate é realizado fora de um contexto institucional que permita que a ação seja tomada.

Durante a campanha eleitoral de 2010, os liberais haviam prometido não aumentar as taxas. Apesar de a promessa ser uma razão para agir (uma razão externa), ela não foi observada. Assim, para lidar com o déficit, o governo propôs cortar o orçamento da educação e taxar os estudantes. Os parlamentares contrários advogaram que a decisão colocaria em grande risco a mobilidade social, além de não considerar outros meios de lidar com o déficit – como a taxação dos bancos ou das companhias que se beneficiam dos serviços prestados pelos graduados. Como não houve tempo para a discussão da matéria e para a análise de propostas alternativas, o debate se mostrou como uma receita para uma má política.

De um ponto de vista normativo, o melhor argumento deve ganhar em um debate; sem o tempo necessário para o desenvolvimento de contra-

argumentos, não é possível tomar a melhor escolha. No contexto institucional parlamentar, a fase final do debate não finda com a resolução da discordância, no sentido de que todos os participantes adotam a mesma opinião, mas com uma decisão baseada na maioria dos votos, mantendo-se a discordância. Assim, o processo de tomada de decisão, cuja etapa de encerramento é a votação, constitui uma forma de agir em um contexto de persistente dissenso.

Na conclusão, Fairclough & Fairclough (2012) retomam o que foi tratado nos capítulos anteriores e salientam que o fato de a argumentação e a deliberação na política nem sempre serem racionais não significa que o discurso político não seja argumentativo e deliberativo por natureza, mas apenas que, às vezes, maus argumentos e razões prevalecem.

Referências

BHASKAR, Roy. Societies. In: ARCHER, Margaret; BHASKAR, Roy; COLLIER, Andrew; LAWSON, Tony; NORRIE, Alan (Org.). **Critical Realism**. Essencial Readings. London: Routledge, 1998, p. 206-257.

CHOULIARAKI, Lillie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in Late Modernity**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

EEMEREN, Frans Hendrik van. **Strategic Maneuvering in Argumentative Discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. **New Labour, New Language**. London: Routledge, 2000.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research**. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Isabela; FAIRCLOUGH, Norman. Practical reasoning in political discourse: moral and prudential arguments in debate over banker's bonuses in British press. **Seventh Conference of the International Society for the study of Argumentation**. Anais (Coord. Frans Hendrik van Eemeren). Amsterdam, 2010. Disponível em: <<http://rozenbergquarterly.com/issa-proceedings-2010-practical-reasoning-in-political-discourse-moral-and-prudential-arguments-in-the-debate-over-bankers-bonuses-in-the-british-press/>>. Acesso em: nov. 2014.

FAIRCLOUGH, Isabela; FAIRCLOUGH, Norman. **Political Discourse Analysis: a Method for Advanced Students**, London: Routledge, 2012.